

Grilagem e contra-grilagem nos “gerais” de Bonito de Minas

Luzimar Paulo Pereira (UFJF e Museu Nacional/UFRJ)¹

Palavras-chave: Grilagem; Envenenamento; Processos sociotécnicos

Nesta apresentação, procuro descrever como a grilagem acontece em três localidades rurais do município de Bonito de Minas, na região Norte de Minas Gerais. Não trato o fenômeno apenas como falsificação de documentos ou roubo de terras, embora tais perspectivas sejam importantes (Silva, 2025). Tento, na verdade, pensar a grilagem como um processo miúdo e insistente de tentativas de se instituir da propriedade privada em contextos nos quais ainda predominam formas de “posse” e uso comum (ver Campbell, 2015). A atividade se realiza, ao longo do tempo, como sondagem, boato, medição, proposta de compra, coleta de assinaturas, circulação de estranhos, ameaça, abertura de estrada, entrada de máquina, apresentação de documento, plantio de lavoura, invasão de animal e tentativa de produzir aliados - e dissidências - dentro das próprias “comunidades”. O grileiro não somente declara com tais ações (verbais e não-verbais) que a terra é sua. Com elas, ele tenta fazer a propriedade acontecer; procura fabricar uma nova realidade territorial pela composição de um novo conjunto de relações.

Uma dimensão central do argumento é que a grilagem, enquanto processo, atua sobre os vínculos que conectam as moradias dos agrupamentos de vizinhança e parentesco. Inspirado na noção de configuração de casas, de Louis Marcelin (1999), entendo que a habitação não deve ser tomada como unidade isolada, mas como parte de uma rede que liga parentes, vizinhos, compadres, membros de uma mesma igreja, mortos, roças, brejos, criações, cerrado e outros elementos. Quando a grilagem avança, ela atravessa essa configuração de casas (ver também Ayoub, 2021). O grileiro tensiona vínculos, transforma vizinhos e parentes em suspeitos, produz acusações de traição, cria medo, estimula silêncios, redesenha alianças, agencia resistências e obriga as pessoas a interpretar coletivamente o que está acontecendo. Quero reforçar que a grilagem não atua apenas sobre a terra, mas age também sobre as relações entre pessoas e entre elas e o ambiente.

Também quero argumentar que, tomados isoladamente, muitos desses acontecimentos que rapidamente definidos como grilagem parecem, na verdade, ambíguos. Os atos exigem a interpretação ativa das pessoas. Uma visita, por exemplo, pode ser apenas uma visita de um conhecido ou a chegada de um grileiro; uma medição de terras pode parecer

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

procedimento técnico ou uma tentativa de expropriação de áreas de uso comum; uma conversa sobre compra e venda pode ser tratada como negócio particular ou um assédio; uma estrada aberta no cerrado pode ser descrita como simples passagem ou como via de entrada de invasores que não querem ser vistos pelos moradores. E há mais. O ponto é que a interpretação dos atos nunca é apenas individual. O sentido das ações é produzido coletivamente, em reuniões, conversas em casas, visitas entre parentes, encontros na estrada, cochichos em assembleias, relatos e comentários sobre quem passa, quem visita quem, quem fala com quem, quem apoia quem, quem ameaça quem, quem resiste a quem etc.

Nesse sentido, parece interessante entender as interpretações como efeitos de práticas costumeiras de se vigiar e narrar movimentos (Comerford, 2003). Vigiar significa acompanhar sinais de grilagem nos deslocamentos de pessoas, animais, plantas e coisas. Narrar é transformar sinais dispersos em uma história comum. A grilagem se torna “assunto” a ser comentado, observado e, eventualmente, combatido, quando acontecimentos aparentemente soltos passam a ser contados como parte de um mesmo processo de expropriação, envolvendo gente de fora e famílias de dentro.

A grilagem, claro, não apenas coloca tensão nos vínculos de parentesco e vizinhança. Quando é reconhecido, o processo também pode produzir novas alianças. Desde que comecei o campo, soube de pelo menos quatro casas que, depois de um caso de assédio, tentaram se aproximar da Associação Quilombola. Antes, essas famílias se colocavam contra o autorreconhecimento do território como remanescente de quilombo. As alianças também ocorrem com pessoas “de fora”, produzindo “amigos” entre pesquisadores, professores, técnicos, advogados, procuradores, organizações governamentais e não governamentais que, de modos diversos, “ajudam” as comunidades. Os vínculos promovidos pela grilagem são dispositivos de proteção. O apoio à criação e atuação da associação quilombola, denúncias à polícia e ao ministério público, bloqueios de estradas, narrativas sobre antigos moradores, discursos que tentam promover ou exaltar a “união” dos moradores e a própria elaboração de um laudo antropológico para titulação de um “território quilombola” se consolidam como práticas de contra-grilagem. O que procuro acompanhar em minha etnografia é o movimento pelo qual um lugar ameaçado passa a ser narrado, vigiado, documentado e produzido como “território” por gente que insiste em dizer que o “cerrado não está vazio”.

“Conhecimento”

Cheguei a Januária, no Norte de Minas Gerais, para a realização de meu trabalho de campo no início de março de 2026. Meu objetivo era encontrar agrupamentos de vizinhança e

parentesco onde pudesse acompanhar conflitos envolvendo veredas, águas, veredeiros e agronegócio, tendo em visto meu projeto de pós-doutorado². Depois de algumas idas e vindas entre Januária e Montes Claros, e de algumas conversas com professores da Unimontes, técnicos do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e militantes do “movimento veredeiro”, três “comunidades” localizadas nos “gerais” de Bonito de Minas, município vizinho de Januária, passaram a ser constantemente citadas.

Em pouco tempo, consegui o contato de Elizabeth³. Além de liderança veredeira e quilombola das comunidades em questão, Beth é também uma das principais figuras da ACEVER (Associação Central Veredeira) e foi recentemente empossada como representante do grupo no Conselho Nacional de Povos e Populações Tradicionais. No mês passado, ela ainda se tornou consultora da Plataforma de Territórios Tradicionais, ferramenta digital desenvolvida pelo Ministério Público Federal (MPF).

Mulher de 39 anos, negra, casada, com seis filhos e atuante na igreja Batista, Elizabeth passa boa parte do seu tempo se deslocando para encontros, reuniões, seminários e outras atividades fora de suas “comunidades”. Sua circulação entre Januária, Montes Claros, Belo Horizonte, Brasília e outros lugares distantes é observada e entendida por ela e pelo seu povo como parte da “força” de sua liderança. Com suas idas e vindas, segundo se diz, Elizabeth produz “conhecimento”. Ela não apenas “conhece” mais coisas quando viaja; ela também “conhece mais gente” e torna as localidades que representa mais “conhecidas”. A liderança, nesse caso, não é um centro de onde emanam valores axiomáticos, mas uma capacidade relacional de circular, articular, traduzir, representar e fazer a “comunidade” aparecer diante de instituições e “amigos” externos.

Minha própria chegada no campo é citada pelos moradores e usada pela própria Elizabeth como um exemplo deste “conhecimento” que atrai gente e apoio. As famílias dos três agrupamentos de vizinhança e parentesco, nos quais realizo minha pesquisa, desejam levar adiante um processo de titulação de seu “território”. Em contrapartida à autorização para que eu realizasse minha pesquisa, comprometi-me a escrever o laudo antropológico que deve compor o RTID a ser analisado pelo INCRA. Numa reunião da Associação Quilombola, em um momento em que sua liderança parecia estar sendo contestada por alguns associados, Elizabeth usou meu nome e minha presença para relembrar a todos a

² Atualmente, faço pós-doutorado no PPGAS do Museu Nacional/UFRJ, com a pesquisa “Plantar árvore para colher água”. O tema da pesquisa é a emergência do movimento veredeiro diante da expansão das plantations no Norte de Minas, em especial, no município de Bonito de Minas.

³ Por motivos óbvios, apresento aqui apenas nomes fictícios, incluindo os que fazem referência a lugares diretamente afetados pela grilagem.

“força” de seu mandato. Diante dos presentes, perguntou-me: “Onde você mora, Mazinho?”. “No Rio de Janeiro”, respondi. Depois de citar o valor que um antropólogo costuma cobrar para realizar um laudo antropológico para titulação quilombola (“de 50 até 100 mil”), perguntou também: “E quanto você tá cobrando pra fazer esse laudo pra gente, Mazinho?”. Respondi: “nada”. Elizabeth, então, virou-se para os associados e perguntou: “como vocês acham que o Mazinho chegou até aqui pra fazer esse relatório, sem cobrar nada?”.

“Caçar oportunidade”

Meu trato com a Associação Quilombola foi sendo selado aos poucos, mas sacramentado numa reunião organizada por Elizabeth, junto com a ACEVER e o CAA-NM (Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas), no dia 20 de abril de 2026. Desde o início de nossas conversas até o momento em que finalmente batemos o martelo, passaram-se quase 30 dias. Na época, confesso, a demora me deixou angustiado. Cheguei a enviar mensagem a Elizabeth perguntando se o acordo seguiria adiante ou não. Ela não me respondeu. Na verdade, eu queria começar logo o trabalho de campo. Mas, ao que parece, antes que a resposta pudesse aparecer como decisão individual ou coletiva, Elizabeth consultava pessoas, conversava, media apoios, escutava ponderações, certificava-se. O acordo, portanto, não era apenas comigo. Precisava passar por outros, circular entre aliados e encontrar seu próprio tempo.

Foi com Silvério, um dos vizinhos de Elizabeth, que aprendi a expressão “caçar oportunidade”. Eu estava no primeiro mês no campo e havia acabado de fazer um carroto para ele, levando do agrupamento de vizinhança onde vive até a sede de Bonito de Minas um *freezer* de sua propriedade, que precisava ser consertado. Já na sua casa da cidade, depois de termos acomodado o aparelho, perguntei-lhe como ele faria para levar o eletrodoméstico de volta. Silvério me respondeu que iria “caçar oportunidade”. A expressão me pareceu condensar uma forma muito específica de pedir e oferecer ajuda. Não se trata exatamente de contratar um serviço, tampouco de impor uma obrigação direta a alguém. Trata-se, antes, de observar os movimentos alheios, perceber trajetos, ritmos e disponibilidades, buscando alinhar, sem grande custo, a necessidade de uma pessoa ao deslocamento já previsto de outra.

A “oportunidade”, nesse sentido, não está simplesmente dada. Ela precisa ser vista, esperada, reconhecida e, em alguma medida, produzida. Silvério e outras pessoas sabiam que eu realizava viagens periódicas entre seu agrupamento de vizinhança e Bonito de Minas, em razão da pesquisa de campo. Sabiam também que eu fazia esse trajeto em uma Saveiro, veículo particularmente útil para esse tipo de transporte. Assim, o meu deslocamento, que

inicialmente parecia pertencer apenas à logística da pesquisa, passava a integrar também uma pequena economia local de favores, carretos, pedidos e ajudas possíveis.

O fato é que, conhecendo minha rotina e meus trajetos, Silvério se sentiu autorizado a me procurar. Isso também não se deu do nada. Eu já o havia encontrado em outras ocasiões. Numa delas, eu estava meio gripado e Nena, esposa de Silvério, me ofereceu um chá. Lembro também de ter comentado neste encontro com os dois que, na semana anterior, havia transportado produtos agrícolas de um agricultor da região até a Secretaria Municipal de Agricultura de Bonito de Minas. O tema dos carretos, dos deslocamentos e dos transportes apareceu naquele momento de modo aparentemente lateral, mas foi suficientemente importante para permanecer como referência. Sabendo quem eu era, conhecendo minha presença recorrente na “comunidade”, minha disposição em ajudar e o trajeto que eu costumava fazer, Silvério pôde então formular seu cálculo: “não custa ao Mazinho passar em casa, pegar o *freezer* e levá-lo até Bonito de Minas no dia em que ele for viajar”. De fato, na mensagem que ele me mandou pelo *Whatszapp* expressava algo do tipo.

Bom dia, Mazinho, aqui tá tudo beleza, graças a Deus! Deixa eu te falar com você: aquele dia cê falou que se a gente precisasse de alguma coisa, você levava pra gente. Eu tou com um friso aqui, meu irmão, o friso deu problema. Aí o dia que cê vim aqui e for até lá, dá pra cê pra mim até o Bonito? Aí, se der você já me fala aí, aí o dia que cê tiver aqui, que cê for pra lá, cê me avisa, viu? Que eu coloco o friso no carro e vou mais você até no Bonito”.

Evidentemente, meu gasto de tempo e energia não seria igual a zero. Alguma coisa sempre se gasta, nem que fossem os 45 minutos para embarcar e desembarcar o *freezer* do meu carro. Mas esse dispêndio não se compara ao custo de acionar alguém exclusivamente para realizar a viagem – segundo me informaram, um transporte do tipo custa por volta de 500 reais (ou até mais). Lembro que Silvério me perguntou quanto eu cobraria pelo carreto, mas depois me disse também que estava sem dinheiro nem para me dar um pouco “pra módi de pelo menos comprar um guaranazinho pra bebê”. Na sua fala, a expressão “caçar oportunidade” revela todas suas implicações, ao evocar a economia prática da ajuda, mas também uma forma de se avaliar custos, relações, disponibilidades e obrigações. Entre o auxílio, o favor e o serviço pago, abre-se um campo de pequenas negociações morais no qual a pesquisa, querendo ou não, acaba também sendo envolvida.

“Rodear”

Essa modalidade de alinhar trajetos em torno de “oportunidades” depende, evidentemente, de alguma amizade, proximidade e confiança. Afinal, mesmo quando não há pagamento

propriamente dito, algo da dívida e do agradecimento parece unir os participantes (hoje, por exemplo, eu sei que posso acionar Silvério para lhe pedir ao análogo ao que ele me pediu). Por isso, “caçar oportunidade” não designa apenas uma forma prática de resolver problemas de transporte, deslocamento, circulação de coisas ou quaisquer outros benefícios. A expressão também pode indicar cuidado. “Caçar oportunidade” também pode significar observar pessoas, situações e movimentos antes de se deixar envolver por eles.

A noção de “caçar” é importante neste sentido. Lembro-me de Elizabeth me dizendo que sempre desconfia de quem chega até ela afirmando, de saída, que quer ajudar. A liderança não recusa simplesmente a ajuda. Mas também não a aceita de imediato. Certa vez, sentado com Elizabeth e o marido em uma padaria de Montes Claros, eu a ouvi explicar, enquanto desenhava um círculo com os dedos sobre a mesa, que costumava ficar “rodeando” a pessoa e a situação antes de aceitar qualquer proposta. A imagem do “rodear” me pareceu interessante. Não se trata de “beirar” - outra expressão local -, que sugere uma tentativa de passar ao largo, de desviar-se de algo que está no caminho e que se deseja evitar encontrar, ver ou ser visto. “Rodear”, ao contrário, é girar em torno de um ponto. É manter-se próximo, olhar de vários ângulos, acompanhar os sinais, avaliar os movimentos. É o que fazem alguns predadores, por exemplo, quando circulam em torno daquilo que observam para definir se são ou não suas presas. “Rodear” é, nesse sentido, uma técnica de investigação. É observar sem revelar imediatamente o próprio interesse. É também o que se faz quando se “rodeia” um assunto, tratando dele sem nomeá-lo diretamente, para saber se é possível ou não abordá-lo de forma aberta.

Foi com isso em mente que pude compreender melhor a demora da Associação Quilombola em aceitar minha proposta. Elizabeth, de certo modo, também estava “caçando oportunidade” (e eu também). A chegada de um antropólogo disposto a realizar uma pesquisa nos agrupamentos e, em troca, colaborar com a elaboração de um laudo para a comunidade quilombola, podia parecer muito conveniente. Mas não bastava que a oportunidade aparecesse. Era preciso rodeá-la. Era necessário observá-la, medir suas circunstâncias, perguntar por suas condições, avaliar se nela não havia perigos, armadilhas ou custos escondidos.

Elizabeth, então, caçou informações. Perguntou a colegas quem eu era, procurou saber quanto custava um laudo, sondou a proposta e testou suas possibilidades. Só depois desse movimento cauteloso de observação e cálculo é que bateu o martelo e me levou à sua “comunidade”, junto com a ACEVER e o CAA-NM, para apresentar aos membros da Associação Quilombola a proposta de pesquisa e de elaboração do laudo antropológico. A

reunião não foi um simples momento de formalização, mas foi fundamentalmente uma espécie de ritual de confirmação, ocasião em que a “oportunidade”, depois de muito “rodeada”, pôde enfim ser coletivamente agarrada.

Meu campo é o laudo

Ao alinhar minha vida com Elizabeth e a Associação Quilombola em torno da proposta de elaboração de um laudo antropológico, produzi, desde o início, uma condição dupla para o trabalho. No começo, eu me via implicado, ao mesmo tempo, numa pesquisa científica e numa atividade política. De um lado, havia a “etnografia”, com sua abertura própria, sua atenção às situações, aos imprevistos, aos encontros e aos desvios que dão espessura ao campo (Favret Saada, 1990; Wagner, 2010; entre outros). De outro, havia o “laudo”, com perguntas já em parte estabilizadas pelo Estado: onde vivem essas famílias? Há quanto tempo ocupam o território? Quais são seus vínculos de parentesco, memória, trabalho, uso comum e pertencimento? Durante algum tempo, imaginei que minha presença em campo teria de se sustentar com um pé em cada canoa, como se fosse necessário ligar e desligar duas chaves distintas. Em primeiro lugar, a chave da política, orientada pelas exigências do reconhecimento estatal; em segundo, a chave da ciência, aberta à amplitude de uma experiência etnográfica.

Com o tempo, porém, essa separação foi se mostrando menos evidente ou bastante equivocada. Não porque o laudo e a etnografia fossem a mesma coisa, nem porque respondessem às mesmas demandas, mas porque, na prática, uma coisa não se realizava sem a outra. O laudo não aparecia apenas como produto final, documento técnico ou peça destinada a circular entre órgãos públicos. Ele se tornava condição de possibilidade da própria pesquisa. Era em nome dele que certas portas se abriam, que certas visitas se justificavam, que certos deslocamentos ganhavam sentido, que certas conversas eram autorizadas. O laudo, portanto, não estava fora do campo etnográfico, como obrigação paralela, mas organizava a etnografia por dentro. Mais do que um documento sobre as populações da região, era uma relação em curso com as pessoas destes lugares.

Talvez por isso eu possa dizer agora que meu campo não é simplesmente “as comunidades”. *Meu campo é o laudo*. Ou, mais precisamente, ele é composto pelas relações que o laudo faz existir, mobiliza, tensiona e torna visíveis. Quando preciso ir tirar o ponto de uma antiga tapera, para registrar a profundidade temporal da presença das famílias naquele território, o gesto parece, à primeira vista, responder a uma demanda técnica (“localizar”, “marcar”, “documentar”, “comprovar” etc.). Mas o trajeto nunca se reduz a

isso. Para chegar até a ruína, alguém me dá carona, outro indica o caminho, alguém conta quem morou ali, de quem era aquela casa, que parentes ainda vivem nas redondezas, quando a vereda que corria por perto começou a secar etc. O ponto no GPS é a face mais pobre de uma operação mais densa, no sentido de geertziano. O que a tecnologia via satélite registra como “coordenada”, a etnografia desdobra como memória, parentesco, perda e modos de se habitar mundos.

Algo semelhante ocorre com as visitas às casas. Num primeiro momento, elas poderiam ser pensadas como um procedimento técnico elementar da pesquisa de campo: ir de moradia em moradia, conversar com as famílias, recolher informações, compor um quadro mais amplo das “comunidades”. Mas, nos agrupamentos de vizinhança, visitar nunca é apenas ir-à-casa (Comerford, 2003; Carneiro, 2015; entre outros). A visita entra imediatamente no circuito moral das casas, dos parentes, dos vizinhos, das alianças, das suspeitas e das diferenças internas. Um de meus guias iniciais no campo, Ivan, dizia que eu deveria visitar todas as moradias, para não fazer “desfeita” a ninguém. A preocupação era clara: uma ausência poderia ser lida como desconsideração. “Visitar”, nesse caso, era uma forma de reconhecer e reafirmar considerações. Segundo ele, era preciso passar, cumprimentar, escutar, mostrar que ninguém estava sendo deixado de lado. Mesmo aqueles que se colocavam “contra os quilombolas” precisavam ser incluídos no circuito de visitas.

Outro dos meus guias, Quino, ao contrário, avaliava a situação por outro ângulo. Para ele, não convinha visitar certas casas de pessoas contrárias ao reconhecimento quilombola, justamente para que as famílias não pensassem que ele estava forçando adesões, constrangendo posições ou usando minha presença como instrumento de pressão. Se, para Ivan, a visita generalizada evitava a “desfeita”, para Quino, a visita seletiva evitava a imposição pela “força”. As estratégias eram antagônicas, mas partilhavam uma mesma premissa: a visita não era um dispositivo neutro de coleta de dados. O gesto aparentemente técnico de passar de casa em casa era imediatamente capturado pela ética das relações entre as moradias dos agrupamentos de vizinhança e parentesco. Meu trabalho de campo, na verdade, é o trabalho que se realiza entre habitações que se visitam, que se evitam, que se acusam, que se ajudam, que se lembram, que se opõem, que desconfiam umas das outras. A atividade técnica de levantar dados acaba atravessado por uma diplomacia cotidiana, na qual cada deslocamento precisa ser calculado em seus efeitos morais.

“Não tem isso não, o vazio”

As famílias dos três agrupamentos de vizinhança e parentesco que estou pesquisando vivem em “terrenos” de 25 a 100 hectares, localizados na margem direita do rio Cochá, nos “gerais” de Bonito de Minas. Nos “brejos” próximos aos cursos d’água, elas plantam roças de feijão, arroz, abóbora e alguma cana-de-açúcar. Nas partes “secas”, mandioca e capim “agropolo” (o andropogon dos agrônomos). No “cerrado” em frente aos terrenos, os moradores identificam a área de uso comum, a “solta”, o lugar de criar animais, coletar frutos, buscar lenha, tirar remédios e andar. Do “brejo” ao “cerrado”, os moradores também definem o “dentro” e o “fora”, o “baixo” e o “alto”, o mais íntimo do mais socialmente orientado - lembro que só tive acesso aos “brejos” dos moradores, localizados nos “fundos” de suas casas, ao lado das veredas, depois do meu primeiro mês e meio de atividades no campo.

Em conversas com Elizabeth e outras pessoas do CAA e ACEVER, compreendi que a região onde se encontram esses agrupamentos de vizinhança e parentesco é uma espécie de fronteira agrícola regional. O avanço das *plantations* de soja, milho e capim, a partir de Chapada Gaúcha em direção a Bonito de Minas, passando por Januária, vem sendo acompanhado por desmatamentos autorizados pelo IEF (Instituto Estadual de Florestas), expansão da rede elétrica trifásica - fundamental para alimentar bombas e pivôs -, abertura de estradas, assédio de grileiros e pressão sobre áreas de cerrado consideradas “vazias”. Num encontro em Januária que tive com um técnico e engenheiro florestal da AMDA (Associação Mineira de Defesa do Ambiente), pude acessar um mapa da região elaborado pela entidade. As formas retangulares em branco demarcavam derrubadas autorizadas do cerrado e indicavam a tendência de expansão das *plantations*. O que aparecia no mapa como avanço de polígonos e cores se traduzia, no chão das comunidades, em incêndios, boatos, ameaças, medições, chegada de estranhos, propostas de negociação, formação de redes de resistência e presença crescente de pesquisadores, advogados e entidades de apoio.

No dia 26 de março de 2026, segui pela primeira vez em direção a um dos agrupamentos para um encontro da ACEVER. Além de contar com lideranças do movimento, a reunião teve a participação dos moradores e associados da Associação Quilombola, de um técnico e um advogado ligados ao CAA-NM e de uma das criadoras da Rosa Sertão, organização de base feminina e comunitária que atua junto aos povos da região. O objetivo do encontro era discutir o momento delicado vivido pelos seus habitantes diante do assédio dos grileiros. A reunião também contou com a presença de três figuras improváveis: um advogado, seu irmão e um profissional de georreferenciamento, todos de Arinos, município do Noroeste Mineiro, próximo à Chapada Gaúcha. A ideia foi de Beth e outras lideranças que queriam que eles vissem a força das “comunidades” reunidas.

Segundo disseram os visitantes, eles estavam ali para conhecer a comunidade e saber se os moradores tinham interesse em negociar um acordo de regularização fundiária com uma empresa do agronegócio com sede em Maringá, no Paraná. A empresa, segundo eles, desejava comprar parte das terras na região, mas só o faria em comum acordo com os moradores. Os três também diziam falar em nome de um outro profissional de georreferenciamento de São Romão, responsável por defender os interesses da empresa. A proposta dos visitantes era simples: regularizar o chão de morada dos habitantes, localizado às margens das veredas e do rio, em troca da aceitação, sem contestação, da regularização de uma área de cerrado de quase 7 mil hectares situada à frente dos “terrenos”.

O advogado dizia ainda que as casas dos moradores ficavam na beira das águas, em terrenos sem regularização fundiária, enquanto o cerrado, também sem regularização, estava “claramente vazio”. A definição da área como “vazia” foi imediatamente contestada pela militante da Rosa Sertão, com a concordância de quase todos os presentes.

(...) Não tem isso que vocês acabaram de dizer aí. Não existe isso de não ter ocupação. É o contrário. É por ter aquilo em pé que tem ocupação. E é lá fora que eles chamam de gerais. Então lá fora é onde está o gado na solta e tem os frutos do cerrado, a maioria. Então tem uma ocupação. A ideia de não ter é esse vazio. É o vazio que muita gente constrói. Mas aí é isso, vocês vão sempre lembrar. Ah, é mesmo. Eles moram perto das veredas porque tem água, mas eles são coletores e vão para os gerais. Entendeu? (...) Não tem isso não, o vazio!

Antes mesmo do fim da reunião, depois de mais alguma conversa e muita pirraça contra os visitantes, o advogado e seus acompanhantes foram embora, entendendo que a maioria dos moradores não tinha nenhum interesse na proposta. Momento antes de irem embora, um dos visitantes, no entanto, deixou um alerta: “Nós”, ele dizia, “entramos pela porta e vamos sair pela porta. Tem gente que quer entrar aqui pela janela. Vocês têm que ficar de olho”.

O assédio

Em pouco mais de um mês de visitas e conversas, o tema da grilagem ganhou muito peso no meu trabalho de campo. Em relação ao “povo antigo”, meus interlocutores falavam das ameaças realizadas, entre os anos de 1990 e 2000, por um certo Doutor Mauro, de São Paulo, proprietário de uma firma de plantio de eucaliptos que, sem possuir título de propriedade, se arvorou dono de uma gleba que englobava as veredas da região e o cerrado em seu entorno. A partir de então, teria contratado jagunços que tentavam expulsar os moradores do lugar, ameaçando colocar fogo nas residências.

Depois de 2020, uma nova “onda” de grilagens coincide com um incêndio de grandes proporções que atingiu toda a região dos “gerais” de Bonito de Minas até o rio Pandeiros. Diz Elizabeth:

Tiveram muitos incêndios grandes que a gente não sabia de onde vinham, as chamas foram tão grandes que o povo precisava jogar água em cima das casas pra não pegar fogo nas palha que cobriam o telhado. Juntos e com apoio do Instituto Estadual das Florestas (IEF) conseguimos apagar o fogo que chegou até aqui, na época os brejos e as veredas foram destruídos. Depois desse período, várias partes do nosso território foram invadidos por grileiros e começamos a sofrer ameaças.

Em meados de maio de 2026, um novo episódio de assédio aconteceu enquanto eu circulava me apresentando às famílias. Uma grileira chamada Marcela - Marcelona, segundo meus interlocutores - havia ido à casa de uma moradora para convencê-la a vender seu terreno. A mulher estava sozinha porque o marido havia ido à cidade cuidar da saúde. Isso indicava, para meus interlocutores, que Marcelona sabia da ausência do esposo, possivelmente informada por alguém da vizinhança. O marido, por sua vez, havia pedido ao vizinho e compadre que ficasse de “olho na casa”. Ao perceber a presença de um carro estranho, o amigo foi até lá e confrontou Marcelona, que não conseguiu seu intento. Elizabeth também estava em Brasília naquela semana, o que reforçou entre os moradores a suspeita de que a grileira sabia de sua ausência por informação de alguém “de dentro” dos agrupamentos de vizinhança e parentesco.

Na conversa com a mulher e seu vizinho, Marcelona ainda teria dito que iria derrubar uma cerca de outro morador e que possuía os “dados” de todos os moradores das “comunidades”, sugerindo que documentos da Associação Quilombola haviam sido vazados aos grileiros. Uma hipótese levantada por algumas famílias foi a de que esses dados teriam subsidiado a passagem de pessoas disfarçadas de agentes da CEMIG, coletando assinaturas supostamente destinadas à expansão da rede elétrica, mas que poderiam estar relacionadas a contratos de cessão de terrenos. Rapidamente, uma suspeita também foi levantada contra a própria presidência da associação. Não foram poucos os que insinuaram que Elizabeth teria, ela mesma, entregue os dados aos grileiros.

Os efeitos do caso de assédio foram muitos e bastante perceptíveis. A longo prazo, o assunto continuou circulando. A biografia de Marcelona ganhou contornos cada vez mais nítidos. As pessoas realizavam “pesquisas” a respeito da grileira, perguntando e sondando amigos e conhecidos. Já se sabe, por exemplo, onde ela tem demandas de terra, com quem está associada, onde está escondida, quem são seus parceiros. Alguns dizem até que a grileira

circula por aí “com uma tornozeleira eletrônica” na perna. De modo mais imediato, o caso Marcelona também obrigou Elizabeth a convocar uma reunião extraordinária na Associação. O objetivo do encontro era repreender possíveis traidores (ainda que sem citar nomes) e enfrentar os boatos que se seguiram ao ato de grilagem. Segundo a presidenta disse aos associados, uma das estratégias dos grileiros é justamente criar divisão e briga “dentro da comunidade”. Foi nessa reunião também que Elizabeth usou meu nome e minha atuação como antropólogo como resposta às acusações de que ela teria vazado documentos dos associados.

Ao fim da mesma reunião, alguns homens da associação ainda decidiram fechar uma estrada vicinal que corta os agrupamentos de vizinhança. O caminho era uma das principais vias utilizadas por grileiros, justamente por atravessar o “cerrado” longe das casas e, portanto, longe dos olhares dos moradores. Formaram-se três grupos de homens, cada um deles agindo numa das entradas da via, construindo barricadas de paus, galhos, arames e paus. Fechada no sábado, a estrada foi reaberta com um “gradeador” dois dias depois pelo empregado de uma fazenda de capim e soja localizada dentro da área que os moradores consideram território seu. É importante saber que o empreendimento é frequentemente descrito como resultado de grilagem.

Intoxicando famílias e vizinhos

Na reunião em que a Associação Quilombola presidida por Elizabeth aprovou minha atuação como antropólogo nos agrupamentos de vizinhança e parentesco a ela vinculados, uma moradora respondeu à pergunta de outro morador sobre as restrições à comercialização de terras no interior de um território quilombola fazendo uso de uma expressão que causou risos em todos os presentes. Por que dificultar a venda de terrenos para pessoas “de fora” das “comunidades”? “Porque esse povo intoxica a gente”, disse ela.

A formulação é risível não porque é ridícula, mas porque revela algo que todo mundo sabe sobre a grilagem de terras, mas não encontra muitas formas de dizer em público. Nossa interlocutora - talvez com alguma ingenuidade - expôs, com sua analogia, uma poderosa observação a respeito do veneno e do envenenamento. Quando falam das cobras peçonhentas como “bicho mau”, os moradores das comunidades, assim como quase todo Norte de Minas, do Norte de Minas, frequentemente evocam uma categoria relacional que trata dos efeitos concretos e deletérios de certos encontros perigosos. A expressão pode ser traduzida, em parte, como uma teoria da incompatibilidade, da toxicidade e da decomposição produzida pelo veneno e pelas intoxicações (Pereira, 2024). Voltada, num primeiro momento, para

tratar de serpentes e dos efeitos dos envenenamentos, a ideia também ajuda a compreender certos processos que atravessam as relações entre pessoas.

Há pelo menos seis anos, Ednaldo chegou a um dos agrupamentos de vizinhança e parentesco que estudo com esposa e filhos. Hoje, possui uma pequena fazenda de capim e é descrito como um agente de grilagem. Seu nome é associado a todos os outros grileiros dos quais ouvi falar nas “comunidades”. Meus interlocutores dizem também que ele ameaçou, com arma em punho, a então candidata à deputada federal Célia Xakriabá e alguns acompanhantes, quando estes erraram o caminho em direção à Associação Quilombola para um ato de campanha e entraram em sua propriedade (o lugar fica a pouco quilômetros do território Xakriabá). A responsabilidade pela chegada de Ednaldo é frequentemente colocada nas costas de uma moradora com parentes nas “comunidades”, acusada de ter vendido a terra para ele e, com isso, “colocado o grileiro para dentro”. É também nesse registro que muitos moradores falam de Pati, filha de uma antiga liderança comunitária, apontada hoje como uma das principais responsáveis por rachar a Associação Quilombola e articular a criação de uma nova associação apoiada por uma fazenda. O fato de o vice-presidente dessa nova entidade ser justamente o primeiro grileiro que chegou à região (Ednaldo) torna a acusação ainda mais grave.

As relações envenenadas da grilagem também podem ser gestadas de dentro para fora. Muitos grileiros são parentes dos moradores da região, alguns distantes, outros, bem próximos. Paulinho, antigo morador de uma das comunidades, é ex-cunhado de Elizabeth e lembrado como alguém envolvido com a grilagem. Além disso, ele também é reconhecido como um homem que batia na ex-mulher, irmã de Elizabeth. A violência doméstica e a violência fundiária, aqui, não aparecem como domínios separados. O conflito familiar passa a compor o conflito territorial, e vice-versa. Além de disputa por terras, a grilagem reabre mágoas, atualiza ressentimentos, expõe alianças rompidas, faz circular acusações antigas e revela que parentes também podem ser “perigosos”.

“Não pode ser bobo”

Na primeira semana de junho, às seis horas da matina, um aviso chegou a Elizabeth pelo *WhatsApp*. Era uma mensagem curta, enviada por um morador que, a mando do pai, dizia que um “advogado” chegaria naquela mesma manhã, à comunidade acompanhado por um ex-morador, o velho Antonio. O pai ficara sabendo da visita pelo próprio Antonio. O acompanhante, de fato, se comportava como se pudesse conversar e circular entre as casas com a autoridade de quem um dia viveu ali. Na verdade, no entanto, desde que eu cheguei

às localidades, as pessoas sempre se referiam a ele como um “laranja” de um grileiro maior, irmão de uma antiga prefeita.

Segundo me disse Elizabeth, os dois procuravam Zé Torino, uma antiga liderança comunitária, para conversar sobre “piquetes” colocados havia quase dez anos em diversos terrenos, quando algumas famílias tentaram dividir posses, marcar limites e ordenar uma situação fundiária que, àquela altura, ainda parecia pertencer mais às relações entre casas do que ao assédio aberto de empresas, advogados e fazendeiros. Ao receber a mensagem, a liderança repassou o aviso ao grupo da Associação Quilombola, também pelo *WhatsApp*. A notícia correu depressa, não como boato, mas como alerta. “Diz que o velho Antonio vem mais o hómi que diz que é dono da área aí ou (...) é alguém mandado por ele”. E Elizabeth continuou:

“Diz que vai passar de casa em casa que é pra todo mundo dá o limite. Cês fica esperto, não dá o limite não. Por que? Porque todo mundo sabe que a intenção não é a parte de cima só. A parte debaixo também. E mesmo assim. O território vai ser regularizado e pertence ao povo que mora aqui no lugar, tá bom?”.

A fala da presidenta da Associação explicitava que a visita estava associada à grilagem de terras. Para ela, as marcações interessavam ao “advogado” justamente porque poderiam reduzir o território ao chão de morada mais próximo das veredas. Era como se aquelas estacas antigas, feitas em outro tempo e sob outra expectativa, pudessem agora ser mobilizadas para dizer que o “cerrado” em frente dos terrenos estava “vazio” e “disponível”. A presença do “advogado” era uma tentativa de fazer a comunidade aceitar, pela boca de um dos seus, uma divisão que abria caminho para a invasão que poderia não ter fim. A grilagem começaria pelo “cerrado” (a “parte de cima”) para terminar expropriando todo o “território”, incluindo os “brejos” e “chãos de morada” (“A parte debaixo também”).

Em pouco tempo, vários associados seguiram, liderados por Elizabeth, em direção à casa de uma antiga liderança, onde o “advogado” e seu acompanhante iriam, antes de começar as visitas aos demais moradores. Quando o grupo chegou, os invasores estavam conversando com Zé Torino. Elizabeth e os demais não chegaram gritando, mas também não chegaram “mansos”. A presidenta cortou a conversa dos visitantes com a antiga liderança e disse ao advogado que ele não tinha autorização para circular entre as casas, que aquela conversa não poderia acontecer sem a Associação Quilombola e que os piquetes de quase dez anos atrás não definiam o atual “território” reivindicado pelos moradores. Com seu celular, Elizabeth ainda mostrou o mapeamento das “comunidades” depositado no aplicativo “Tô no Mapa!”. Foi então que a diferença entre posse e território ficava evidente. O

“advogado” queria falar de pedaços, divisões e piquetes. A presidente e seus associados insistiam que o território não cabia nesse enquadramento. Os agrupamentos de vizinhança e parentesco não eram apenas a soma dos terrenos de 25, 50 ou 100 hectares, localizados ao longo de duas veredas e do rio Cochá. O território incluía também o “cerrado” em frente, onde se criava gado, pegava frutos e colhia remédios. O que para o advogado aparecia como área de interesse - justamente por parecer “vazia” - era, para os moradores, parte indispensável da vida comum.

Zé Torino, a antiga liderança que recebera os visitantes, ficou numa posição ambígua. Alguns diziam que, por se achar muito esperto e movido por seus próprios interesses, ele mantém a porta da sua casa sempre aberta à gente de fora. Outros, entretanto, falavam dele com uma espécie de pena, mas bastante irritados: “ele é bobo”, “já tá velho”, “não sabe se proteger”. A ambiguidade não o absolvía, mas tornava sua posição difícil de interpretar. Ele podia ser visto, ao mesmo tempo, como alguém que facilitava a entrada dos grileiros e como alguém capturado pela lábia deles. Havia nessas críticas um tom análogo ao usado para falar da mulher abordada por Marcelona, semanas antes, tratada como “problemática” por meus interlocutores. Não se tratava apenas de proteger pessoas como ela e Zé Torino contra os “de fora”, mas de proteger as próprias “comunidades” contra esse tipo de abertura feita por gente “de dentro”. A grilagem, mais uma vez, não vinha apenas de longe. Passava pelas brechas das relações de vizinhança, parentesco, confiança e descuido.

Depois de ser confrontado pelo grupo, o “advogado” foi embora. Antes, porém, deixou escapar uma frase que circulou depois como confirmação do que todos já sabiam. Ele disse que a liderança de Elizabeth era “bem assessorada” e que, por isso, o povo das comunidades ainda não tinha sido expulso das terras. A frase, dita talvez como ironia, talvez como reconhecimento contrariado, mostrava, em primeiro lugar, que os grileiros reconheciam a força das alianças construídas pela liderança durante sua presidência na Associação. O “advogado” estava conhecendo, então, o “conhecimento” da presidenta. Não foram poucas as vezes que ouvi de diversos moradores que foram Elizabeth e sua ideia de transformar a Associação de Moradores em Associação Quilombola que salvaram (a ainda salvam) os agrupamentos de vizinhança e parentesco da ação de grileiros.

Além do mais, o comentário feito pelo “advogado” também revelava outra coisa. A rede comunitária vigilância e a capacidade coletiva de dar uma resposta a uma forma de assédio é de fundamental importância para garantir a resistência à grilagem. Por isso as críticas à antiga liderança e a outros que se abrem aos invasores costumam ser tão duras. Ao se relacionarem com os de fora achando que vão se dar bem, eles acabam se prejudicando e

prejudicando todos os moradores. “Caçam oportunidade”, mas não “rodeiam” a presa, por assim dizer. Eles veem a chance de resolver seus próprios problemas e talvez ganhar alguma vantagem, mas não cuidam de medir seus perigos e armadilhas. Vale notar que quando desenhava um círculo sobre a mesa para me explicar por que “rodeia” qualquer promessa de ajuda, Elizabeth estava tentando se diferenciar justamente de uma de suas vizinhas mais antigas, que se abriu para os grileiros, vendendo parte de seu terreno a um deles, e acabou perdendo a vice-presidência da associação de moradores criada justamente como um contraponto à Associação Quilombola. “Achou que ia ser esperta... e se deu foi mal”.

Sobre processos de contra-grilagem

Se a grilagem tem uma dimensão criativa, a resistência a ela também tem. Reunir moradores, registrar atas, denunciar ameaças, narrar a história dos antigos, acionar instituições, produzir documentos, controlar o movimento de estranhos e afirmar a identidade quilombola são práticas que performam/produzem a existência coletiva de um “território”.

A obstrução da estrada é um caso exemplar. Quando, depois de Marcelona, alguns moradores dos agrupamentos de vizinhança e parentesco bloquearam a estrada para impedir a passagem de carros estranhos, eles transformaram aquele pedaço de terra em assunto político. A estrada deixou de ser mero caminho e passou a condensar questões sobre quem pode passar, por onde pode passar, o que se pode fazer ao passar e sobre o lugar sobre o qual se passa. A ênfase em se fechar o caminho que os associados não podiam observar de suas próprias casas era um modo de garantir a vigilância ativa da própria “comunidade”. Se a grilagem tenta produzir domínio através da circulação de carros, máquinas, documentos, capim, soja, cercas e ameaças, a resistência produz “território” pelo controle dos movimentos de quem passa sobre ele.

Também é performance de resistência o laudo antropológico que venho elaborando junto com os moradores. No final de maio, um vizinho de Elizabeth me contou a história de seu Nenê⁴. Um dia, Nenê alertou o pai de meu interlocutor, seu compadre, dizendo que ele precisava comprar “um pedacinho de terra” para deixar aos filhos. O compadre respondeu que não precisava, porque “as terras eram vagas” e qualquer um podia trabalhar onde quisesse. Nenê, mais sabido e algo visionário, respondeu dizendo que “vai chegar um certo tempo que o senhor vai caçar um pedaço de terra para fazer uma horta e não vai conseguir, porque os poderosos vão tomar tudo”.

⁴ Por motivos também óbvios, mantenho os nomes reais dos lugares e personagens apresentados neste final de texto.

Antes de morrer, seu Manoel pediu aos filhos para ser enterrado, em sepultura de “tora” e “pau” - “pra não acabar nunca” - num pedaço de cerrado perto da Vereda do Gado. A família fez como ele pediu. Hoje, entretanto, a área foi tomada por uma fazenda de onde partem algumas das ameaças às “comunidades”. Os invasores se apossaram do “cerrado”, passaram a “máquina de riba” e deram sumiço à campa onde os restos mortais do velho Nenê descansavam. No lugar, qualquer num que passa só consegue ver agora uma grande lavoura de capim braquiária.

Até pouco tempo, esse caso existia apenas na memória familiar de Joel, o morador que me contou a história. Graças à resistência dos povos dos três agrupamentos de vizinhança e parentesco onde faço minhas pesquisas, o falecido Nenê e sua trágica profecia podem, no entanto, ganhar vida nova em um laudo antropológico em construção e nesta fala pública, como parte de um processo de contra-grilagem e territorialização veredeira e quilombola.

Bibliografia

- AYOUB, Dibe. (2021). “Configurações de terras e mães: Dialogando com Louis Marcelin através de um campo em conflito”. *Mana* 27(2): 1-9.
- CAMPBELL, Jeremy M. (2015). *Conjuring property: speculation and environmental future in the Brazilian Amazon*. University of Washington Press: Seattle and London.
- CARNEIRO, Ana. (2015). *O povo parente dos Buracos: sistema de prosa e mexida de cozinha*. Rio de Janeiro: E-papers.
- COMERFORD, John. (2003). *Como uma família*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- DAYRELL, Carlos (2019). *De nativos a caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Montes Claros.
- GUATTARI, Félix. (2012). *As três ecologias*. Campinas: Papirus.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. (1990). “Être Affecté”. *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, 8: pp. 3-9.
- FERDINAND, Malcom. (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.
- HARAWAY, Donna. (2023). *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições.
- HARAWAY, Donna & TSING, Anna L.. (2019). “Reflections on the Plantationocene: a conversation with Donna Haraway and Anna Tsing”, Moderada por Gregg Mitman, *Edge*

Effects Magazine, The Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison

MARCELIN, Louis (1999). “A linguagem da casa entre os negros no Recôncavo Baiano”. *Mana* 5(2), pp. 31-60

NOGUEIRA, Monica. (2017). *Gerais a dentro a fora: identidades e territorialidades entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais*. Brasília: IEB Mil Folhas

PALMEIRA, Moacir; CASTRO, Elisa G.; LAGUENS, João. (2025). *Uma etnografia retrospectiva: Escritos de Moacir Palmeira*. Rio de Janeiro: 7Letras.

PEREIRA, Luzimar Paulo. (2024). “Bicho mau: notas sobre matanças de serpentes no norte e noroeste de Minas Gerais”. *Revista de Antropologia*, v. 67, pp. 1-36.

SILVA, Breno T. da. (2023). *O tradicional como perspectiva de futuro: relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais*. Tese (doutorado), Universidade de Brasília.

SILVA, Maurício Correa. (2025). “A grilagem como método de apropriação de terras no Oeste da Bahia”. *Confluências / Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, 27(2), pp. 200-218.

TSING, Anna L., HARAWAY, Donna, ISHIKAWA, Noboru, GILBERT, Scott F., OLWIG, Kenneth & BUBANDT, Nils. (2016). “Anthropologists are talking – about the Anthropocene”. *Ethnos*, 81(3), pp. 535-564

WAGNER, Roy. (2010). *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify.